

# Adunesp exige cumprimento da legislação trabalhista

Em ofício divulgado no dia 18/11, a Reitoria da Unesp divulgou as formas de como será pago o 13º salário de 2005. São elas:

- Servidores estatutários ativos e inativos, com 13º salário líquido de até R\$ 2.500,00, receberão integralmente o seu pagamento até 20/12/2005;
- Servidores estatutários ativos e inativos, com 13º salário líquido superior a R\$ 2.500,00, receberão R\$ 2.500,00 até 20/12/2005 e o saldo remanescente até o final de janeiro de 2006;
- Servidores celetistas receberão a primeira parcela até 30 de novembro

e a segunda parcela em 20 de dezembro deste ano.

O anúncio da Reitoria, como era de se esperar, gerou revolta nos *campi*. Em sua plenária realizada em 10/11, a Adunesp já havia discutido a medida (que, até então, era extra-oficial). Em suas alegações, a Reitoria diz que esta e outras medidas são necessárias para que a Unesp não tenha que fechar as contas deste ano com um déficit de cerca de R\$ 12 milhões. O reitor sinalizou que, “a partir dos seus princípios”, não iria responder por este possível rombo.

Ocorre que os trabalhadores também têm princípios e, entre eles, está o de não abrir mão de seus direitos, principalmente quando se trata de cobrir o ônus de uma crise que não foi gerada por eles.

## Contenção começou no meio do ano

As medidas de controle das despesas tomadas desde agosto pela Reitoria, incorporadas sem discussão pela comunidade, conseguiram produzir uma economia de cerca de R\$ 6,7 milhões nos últimos meses. Porém, segundo o reitor (em conversa com a Adunesp e Sintunesp, no dia 10/11), esse montante não seria suficiente para garantir o pagamento integral do 13º salário, principalmente porque a arrecadação do ICMS vem oscilando muito pouco acima do previsto.

Em agosto, a Reitoria também anunciou que os trabalhadores não poderiam tirar férias neste ano e no início de 2006, porque não haveria recursos para o pagamento de 1/3 de férias. Desde aquele momento, a Adunesp, embora concordasse com a necessidade de contenção de despesas, colocava que os direitos a férias e ao 13º salário deveriam ser preservados e que a arrecadação não seria negativa, nos moldes que estavam sendo esperados pela Reitoria. O Sindicato insistiu que os direitos dos trabalhadores deveriam ser privilegiados na execução orçamentária. Muito do que a Adunesp previa aconteceu: as férias foram liberadas mês a mês neste ano e integralmente para 2006.

## Jurídico da Adunesp reafirma direito

A Assessoria Jurídica da Adunesp afirma que os servidores estatutários têm os mesmos direitos dos celetistas (pagamento integral do 13º salário), ainda que isto não apareça em lei. O parecer da Assessoria Jurídica baseia-se no seguinte:

a) A Constituição Federal de 1988, reforçada ainda pelo § 3º do artigo 124 da Constituição do Estado de São Paulo, em que pesem os regimes distintos de contrato de trabalho, garante aos servidores públicos (celetistas e estatutários) o direito ao recebimento do 13º salário, o qual, por exigência e prática da Universidade, é pago dentro do exercício anual competente;

b) Na legislação destinada aos empregados públicos (celetistas), a questão do pagamento do 13º salário está regulamentada pelo Decreto Federal nº 57.155, de 03/11/1965. Por outro lado, no âmbito dos servidores estatutários, referida gratificação é aceita pelas Leis 10261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo) e Lei Complementar nº 180/78;

c) Em ambos os casos, depreende-se que o 13º salário, tal como vem sendo feito desde então, possui como data-limite de seu pagamento o dia 20 de dezembro de cada ano.

Assim, fica evidente que todos os trabalhadores devem receber este benefício ainda este ano. A Adunesp tem como prioridade a defesa dos direitos dos seus associados. Assim, vai buscar todas as formas, inclusive jurídicas, para garantir o recebimento integral do 13º salário ainda no ano de 2005. O Sindicato considera que é preciso ter coragem para defender, de fato, a instituição e que não podemos resolver um problema estrutural de financiamento da Universidade, criado por uma gestão irresponsável, atacando os direitos dos trabalhadores.

No momento de fechamento desta edição, em 29/11, estava em andamento uma rodada de assembleias nas unidades, com o objetivo de discutir o tema e propor possíveis encaminhamentos.

## Fórum das Seis cobra compromisso do Cruesp e pede reunião

Diferente do compromisso assumido durante as negociações da data-base 2005, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) não recebeu o Fórum das Seis para novas reuniões. Por diversas vezes, a coordenação do Fórum – atualmente, sob responsabilidade da Adunesp – enviou ofícios cobrando a realização de reuniões com os reitores, para discutir assuntos de interesse da comunidade acadêmica e das universidades, como é o caso da luta por mais verbas na LDO e da discussão do restante da pauta de reivindicações.

Agora, o Fórum cobra dos reitores que discutam o andamento da Lei Orçamentária (LO), que traz emendas prevendo mais verbas para as universidades e o conjunto da educação pública. Até o momento, não houve resposta por escrito a nenhum dos ofícios encaminhados pelo Fórum.



Maio 2005: Manifestação em frente à Reitoria da Unesp, durante a data-base